



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Novaes Pires, Maria de Fátima
SERTÕES DA BAHIA NOS TEMPOS DA ESCRAVIDÃO
Afro-Ásia, núm. 49, 2014, pp. 331-337
Universidade Federal da Bahia
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77031341012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SERTÕES DA BAHIA NOS TEMPOS DA ESCRAVIDÃO

O senhor ache e não ache, tudo é e não é...
Guimarães Rosa

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. 305 p.

“Os sertões da Bahia, até finais do século XVIII, eram pouco habitados” (p. 15). Com essas palavras, o professor Erivaldo Fagundes Neves, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA), busca situar o leitor na região abordada em seu livro *Escravidão, pecuária e policultura*. Variados aspectos relacionados com o período escravista brasileiro, desdobrados de modo particular no alto sertão da Bahia, compõem essa publicação de laboriosa pesquisa a fontes documentais, sobretudo manuscritas.

Os estudos do autor sobre economia e sociedade do alto sertão remontam ao livro *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*, publicado em 1998.¹ São trabalhos

pioneiros, com efetiva contribuição para pesquisadores que se dispõem a sair dos tradicionais eixos da economia baiana e brasileira e partem para o tratamento de economias menos centrais. Essa perspectiva tem se mostrado mais fecunda desde os anos 1990, quando novos programas de pós-graduação e a criação de arquivos em cidades do interior facilitaram a ampliação do enfoque de antigos e novos objetos. O resultado é o ensaio de outros caminhos na nossa produção historiográfica, enriquecida com singularidades da vida social dos sertões, que agora se apresentam mais articulados às províncias brasileiras e também às nações estrangeiras.²

¹ Erivaldo Fagundes Neves, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*, Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

² Conserva-se, no Arquivo Público Municipal de Caetitê, farta correspondência de família do político, fazendeiro e rico comerciante Deocleciano Pires Teixeira. Parte dela documenta negócios de algodão do alto sertão da Bahia com firmas inglesas. APMC. Fundo: Acervo Particular da família de Deocleciano Pires Teixeira. Grupo: Diversos. Série: Telegramas diversos. Data limite: 1844-1978. Cx. 01.

Não é exagero dizer que são demasiadas as evidências na documentação da dinâmica econômica, social, política e cultural dos sertões. Fortes indícios apontam, inclusive, para aproximações entre ritmos de vida e de trabalho dessas regiões com outras partes da província da Bahia, a exemplo do Recôncavo.³ Nessa direção, renderam frutos os esforços de Maria Yedda Linhares para apresentar uma abordagem mais articulada do conjunto da economia e sociedade brasileiras.⁴ Essa perspectiva segue hoje alentada por novos estudos, que se mostram especialmente perspicazes ao sugerirem conexões entre eventos ou processos históricos.⁵

No livro aqui resenhado, o autor,

inicialmente, faz um balanço panorâmico dos estudos sobre a escravidão na Bahia, para, em seguida, abordar aspectos mais específicos de sua própria pesquisa, como trabalho escravo, etnias africanas, famílias escravas, alforrias, tráfico interprovincial e contratos de trabalho para libertos. O amplo balanço proposto por Neves começa com publicações do médico legista Nina Rodrigues e do escritor abolicionista Manoel Querino, se estendendo até a produção historiográfica sobre os sertões baianos ou “para além da baía de Todos os Santos” (p. 64). A ampla relação de autores, temas e abordagens impede um tratamento mais minucioso das obras mencionadas.

Os demais temas foram pautados em acervos diversos, dispostos em arquivos de Salvador e do interior da Bahia, assim como do Arquivo Ultramarino Português. Tais pesquisas possibilitaram ao autor driblar obstáculos, que muitas vezes se opõem a abordagens sistematizadas de assuntos tão variados.

No capítulo “Senhores, escravos e camponeses na pecuária e na policultura”, Neves faz uma análise geral de relações sociais e de trabalho sob a escravidão, por meio de pesquisa a escrituras e inventários de proprietários dos sertões oitocentistas. Antes, assinala a importância da disponibilidade de terras da Casa da Ponte, morgado dos Guedes de Brito, para o povoamento da região:

[...] o Alto Sertão da Bahia recebeu, na segunda metade do século XVIII e na

³ Ver, dentre outros, B. J. Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, São Paulo: Civilização Brasileira, 1998; Alex Andrade Costa, “Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia/campus V, 2009).

⁴ Maria Yedda Leite Linhares, “Pesquisas em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 12 (1999), pp. 104-12; Maria Yedda Leite Linhares, “Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII)” *Tempo*, v. 1, n. 2 (1996), pp. 132-50.

⁵ Ver, dentre outros, Junia M. Antonaccio Napoleão do Rego, “Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Paranaíba (1700-1950)” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2010); Iara Dias dos Santos, “Economia de subsistência: abastecimento de carne verde em Salvador no século XVIII”, *Historien - Revista de História*, n. 4 (2011), pp. 265-76.

primeira do seguinte, gentes de diversas origens desventuradas do ouro e do diamante, muitas das quais acompanhadas pelos seus escravos crioulos e africanos, que passaram a se dedicar à agricultura e à pecuária (p. 77).

Algumas questões ali abordadas, como ocupação, condições de trabalho, alimentação, moradia, vestuário e morbidade dos escravos foram discutidas em outros estudos, haja vista que muitas das fontes consultadas são, em geral, da mesma ordem. Ocorre algumas vezes, como é natural, o levantamento de dados em maços documentais antes examinados por outros pesquisadores, um aspecto que não necessariamente atua no sentido de igualar diagnósticos e análises.

Em seguida, no capítulo “Nações, etnias e origens dos escravos”, o autor trata de ações do tráfico atlântico de escravos com indicação das principais etnias introduzidas no Brasil, e presentes no alto sertão da Bahia. Assinala impressões genéricas sobre os diversos grupos africanos produzidas por agentes do governo metropolitano e por viajantes, a exemplo de Francis de la Porte, Conde de Castelneau (1812-1880). Um estudo sistemático dessas representações possibilitaria um inventário de noções racistas e preconceituosas produzidas sobre populações escravizadas de África, como se observa no trabalho do professor Anderson Ribeiro Oliva.⁶

No capítulo “Família no cativo agropecuarista e comércio de escravos”, são analisados registros de casamentos entre cativos, faixas etárias e alforrias, registrados em inventários do alto sertão. Traz ainda informações relativas a doações de escravos para dote, roubos patrocinados por ciganos e boiadeiros, e aponta para a instabilidade da família escrava causada pela presença de mercadores de cativos naquela região, que não se preocupavam em separar pela compra membros de grupos familiares. Outros trabalhos sobre famílias escravas no alto sertão, com a consulta a registros eclesiais, processos cíveis e criminais, discutem questões ainda pouco claras e que não se situavam no centro de interesses da nossa historiografia em tempo não muito distante, a exemplo da efetiva participação de escravos na economia regional; o notável envolvimento de escravos vaqueiros em casamentos e batizados em fazendas sanfranciscanas setecentistas; laços de amizade entre escravos e senhores; vultosas quantias em dinheiro investidas por escravos para compra de suas alforrias etc.

“Alforrias, resistência e abolição” trata das condições e tipos de alforrias — onerosas, condicionais, gratuitas —, insinuando dinâmicas que envolveram as lutas cotidia-

⁶ Anderson Ribeiro Oliva, “Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário ocidental”, *Tempo de Histórias*, n. 9 (2005), pp. 90-114.

nas pela conquista da liberdade. Na abordagem da Abolição, nos diz que

[...] a tradição oral dá conta de batuques comemorativos, alguns reprimidos como ocorrera em Bonito (Igaporã), onde Gustavo Ribeiro do Amaral, de chicote em punho, dispersava um grupo de batuqueiros (p. 187).

Ao levarmos em conta as degradantes condições da vida sob o cativo, é provável que a tradição oral reproduza alguma cena recorrente presenciada naquela região.

O uso de chicote, tronco e ferros foi frequente na tortura de escravos e sobressai na documentação e na bibliografia relativas à escravidão. Trabalhos dedicados ao estudo de experiências escravas, pautados na intersecção de fontes como autos criminais e cíveis, inquéritos policiais, livros eclesiásticos, inventários, cartas de liberdade, escrituras públicas evidenciam, dentre uma gama maior de temas, resistências cotidianas a desmandos de senhores, fatores e autoridades públicas; modos de vida orientados por tradições africanas; possíveis significados de famílias escravas e de redes de solidariedades, condições de alforrias etc.⁷ Esses estudos revelam a existência de redes de relações sociais necessárias para a conquista de uma vida menos constrangida pela opressão escla-

vista e situam-se numa perspectiva que busca ultrapassar a estrita relação escravo/senhor para perscrutar laços mais amplos, constituídos nas rotinas diárias de escravos, forros e homens livres. Também esclarecem em que proporção e intensidade as resistências cotidianas e revoltas coletivas foram respostas às condições

tação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1998); Isnara P. Ivo, *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII*, Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012; Gabriela A. Nogueira, “Viver por si, viver pelos seus: experiências familiares de escravos no Certam de Sima (1730-1790)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia/campus V, 2011); Napoliana P. Santana, “Família e micro-economia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840 a 1880)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado da Bahia/campus V, 2012); Kátia L. N. Almeida, *Alforrias em Rio de Contas - Bahia, século XIX*, Salvador: Edufba, 2012; Eudes M. B. Guimarães, “Um painel com cangalhas e bicicletas: os (des)caminhos da modernidade no alto sertão da Bahia (Caetité, 1910-1930)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado de São Paulo, 2012); Maria Aparecida Silva de Sousa, *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*, Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001; Argemiro Ribeiro Souza Filho, “A guerra de independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2003); Maria de Fátima N. Pires, *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima - BA (1860-1920)*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009; Maria de Fátima N. Pires, *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia - 1830-1888*, São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

⁷ Ver, dentre outros, Albertina L. Vasconcelos, “Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão. Bahia do século XVIII” (Disser-

do cativo, a conjuntura histórica ou a situações mais específicas, tantas vezes inalcançáveis à pesquisa acadêmica.

Dos temas abordados pelo autor, destaco a ação de compradores e vendedores de escravos no alto sertão da Bahia, especialmente na comarca de Caetité, durante a segunda metade do século XIX. Desde publicações anteriores, Neves mapeou um dos trajetos por terra percorrido por escravos dos sertões para províncias do Sul. Ao lado disso, traz uma relação nominal de compradores de escravos em Caetité, no período áureo do tráfico interno, a exemplo do tenente-coronel Leolino Xavier Cotrim, localizado também em minhas pesquisas em arquivos do alto sertão e, posteriormente, no Arquivo do Estado de São Paulo.

A ação dos negociantes de escravos nessa e em outras regiões do Norte do Brasil resultou, mais para frente, na montagem do tráfico interprovincial, quando a extinção do tráfico atlântico forçou soluções internas para o problema da mão de obra para a pulsante lavoura cafeeira das “províncias do Sul”. Naquela ocasião, fatores como estiagens e crises econômicas das províncias do Norte liberaram força de trabalho escravo e impulsionaram o tráfico interprovincial, favorecendo uma conjuntura que marcou de modo indelével a vida dos cativos traficados. Aquele novo tráfico, a exemplo do atlântico, afetava drasticamente antigas conquistas, meios de negociação e parcerias

constituídas havia tempos. Autos criminais, alforrias e inventários trazem valiosos indícios de resistência e de negociações que se fizeram no seio das relações escravistas para evitar vendas ou para garantir a venda, quando inevitável, de toda a família, mesmo que não houvesse a certeza de impedir sua separação quando chegasse às regiões de destino. O certo é que o tráfico interno envolveu uma complexa rede de traficantes, que agiu de ponta a ponta no Brasil, na segunda metade do século XIX, e não somente desestabilizou famílias escravas, como implicou o desequilíbrio numérico das populações escravas residentes nas províncias do Norte e do Sul, além de dividir autoridades públicas e políticos do Império quanto ao controle ou permissão dessa enorme migração forçada.⁸ Alguns estudos sinalizam positivamente as possibilidades de tratamento do tema, além do capítulo de Erivaldo Neves neste livro.⁹

⁸ Robert Conrad mostra que “a população escrava na Bahia caíra de 165.403 em 1874, para 76.838 em 1886-1887,” concorrendo para esse declínio o tráfico de escravos, as alforrias e mortes. Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 346. Em termos de Brasil, Gorender afirma: “estima-se que cerca de 300 mil escravos tenham sido absorvidos através dos tráficos interprovincial e intraprovincial após 1850, pelos municípios cafeeiros do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais”. Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo: Ática, 1983, p. 205.

⁹ Ver, dentre outros, o novo livro de José Flávio Motta, *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão*

No desfecho do livro, o capítulo “Cativeiro dissimulado em contratos de servidão doméstica” aborda a submissão de libertos a contratos de trabalho que se lhes mostraram extremamente desvantajosos, além de revelarem maneiras de “postergar a escravidão para depois de sua extinção legal” (p. 271). Para Neves, os

[...] contratos de Santo Antônio da Barra [atual Condeúba] e Caetité exprimem, por um lado, a busca de alternativas ao agonizante regime de trabalho escravo, em torno de seu próprio universo social; por outro, demonstram o potencial especulativo da sociedade capitalista, até em épocas de grandes calamidades públicas (p. 256).

Também assinala as consequências das longas estiagens para os moradores na região e o modo como concorreram para agravar os constantes fluxos migratórios dos sertões baianos.

Em todos os capítulos deste livro, Erivaldo Neves mantém a tônica de suas abordagens, que consiste

em articular as peculiaridades da escravidão no alto sertão às atividades socioeconômicas e arranjos políticos ali estabelecidos. Hoje sabemos que os sertões baianos constituíram sociedades escravistas com diversificada concentração de escravos, o que se explica por algumas características da economia regional: atividade predominantemente agropastoril e policultura; tendência a fracionar escravarias entre fazendas e roças; riqueza fortemente concentrada em mãos de poucos afortunados, que dividiam suas moradas entre vilas e fazendas; rotinas de vida e de trabalho em pequenas vilas e roças, onde todos pareciam se conhecer. Essa configuração, no entanto, não isentava os sertões do caráter altamente reificador, autoritário e violento das sociedades escravistas. Mostram-se falsas e superficiais as observações que tendem a ver relações escravistas mais harmônicas em regiões menores.¹⁰ Essa condição, por si só, não explica precisamente nada, tampouco a naturalização da violência e das atrocidades registradas em autos criminais e na documentação policial de grandes e pequenas comarcas espalhadas pelo Brasil escravista.

Estudos que ultrapassem antigos marcos e conceitos, que mobilizem abordagens mais integradas da sociedade brasileira, desempenham um papel particularmente importante para o avanço do conhecimento.

cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887), São Paulo: Alameda, 2012; o clássico de Robert W. Slenes, “The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888” (Tese de Doutorado, Stanford University, 1976); Richard Graham, “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”, *Afro-Ásia*, n. 27 (2002), pp. 121-60; e o pioneiro artigo de Erivaldo F. Neves, “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o oeste cafeeiro paulista”, *Afro-Ásia*, n. 24 (2000), pp. 97-128.

¹⁰ Ver, nesse sentido, Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, São Paulo: Nacional, 1942.

Abrem alternativas para pensarmos na capacidade das populações locais de superarem conjunturas difíceis vividas nos sertões, provocadas em geral por longas estiagens, crises econômicas, políticas e institucionais, além da exploração estrutural dos subalternos. No tratamento da escravidão, podem permitir entrever mecanismos que mantiveram

essa instituição ao longo da Colônia e do Império e a sua pesada carga para a formação da sociedade brasileira em seu processo histórico geral e particular. Alcançar esse patamar de compreensão histórica talvez nos possibilite outros *insights* para abordar novos temas que tanto os sertões como a escravidão não cansam de sugerir.

Maria de Fátima Novaes Pires
fatimapires90@hotmail.com
Universidade Federal da Bahia